



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/ 2025.

A Prefeitura Municipal de Castelândia, Estado de Goiás, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Av. Rio Verde Nº 1910, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.275.849/0001-88, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação deste Município, Sra. **MARIA SOLANGE DE MOURA LEITE JUVENCIO**, nomeada pelo Decreto nº 007/2025, no uso de suas prerrogativas legais, em cumprimento do estabelecido pela Lei 14.133/21, o §1º do art.14 da Lei 11.947/09, com a Resolução do FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020, Resolução nº 02 de 10 de março de 2023 do FNDE, e demais normas pertinentes, torna público que realizará Chamada Pública para aquisição de Genêros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento ao Programa de Alimentação Escolar.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preços do dia 30/07/2025 a 19/08/2025 das 8:00horas as 11:00horas e das 13:00horas às 17:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, com sede à Avenida Rio Verde, n. 1910, Centro, Castelândia-Go. Os interessados deverão solicitar o Edital na sede da Prefeitura Municipal ou entrar em contato pelo telefone (64) 3649-1142 ou pelo site: www.castelândia.go.gov.com

1.OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural, para atender aos alunos matriculados na Rede Pública de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

Até o dia, hora, e local mencionados no preâmbulo deste Edital, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação – HABILITAÇÃO e outro de Proposta de Preços.

2.1 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta chamada Pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independentemente de nova comunicação.

2.2 – Aquisição do edital: **no site: www.castelândia.go.gov.com** no município de Castelândia-Go.

3. FONTE DE RECURSO

Recursos provenientes do Convênio FNDE.

4. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – Envelope nº 001

4.1 Grupos Formais de Agriculturas Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais deverão entregar ao Gestora da alimentação ou à Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** de aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural Para a Merenda Escolar, no período determinado, os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – Cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- II- Cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- III- Certidão Negativa de Débitos junto à Previdência Social –CND;
- IV- Certidão Negativa junto ao FGTS –CRF;
- V- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI- Cópia do Estatuto e Ata de posse da Atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de Associações. Na hipótese de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do contrato social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- VII- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, de acordo com os anexos dessa Chamada Pública, assinada pela diretoria da entidade articulada;
- VIII- Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitário, podendo ser Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), Serviço de Inspeção Estadual (SISP) e Serviço de Inspeção Federal (SIF);
- IX- Declaração de capacidade de produção, beneficemente e transporte.

5. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – Envelope nº 002

5.1 – Grupos informais de Agricultores deverão entregar à Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** de aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a Merenda Escolar, no período determinado, os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Cópia de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF);
- II- Cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- III- Prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

6. ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A previsão de quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados por nutricionista da Prefeitura e executados pelas escolas, anexo III;

6.2. No envelope nº 002 deverá conter a Proposta de Preços, ao que se segue:

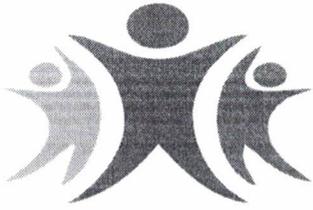
- a) ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação da associação ou cooperativa, datada, assinada por seu representante legal;
- b) discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do Anexo II;
- c) Preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

7. LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, semanalmente, na Escola Municipal José Mendes de Paula e CMEI – Helena Maria Miguel, durante o período de Agosto de 2.025 à 15 de Dezembro de 2.025, no horário compreendido entre 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 hrs à 17:00 hrs, de acordo com o cardápio, na qual se atestará o seu recebimento.

8. PAGAMENTO

8.1 – Os pagamentos dos produtos da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural habilitado, como consequência do fornecimento para a Alimentação Escolar, corresponderá ao documento fiscal emitido a cada entrega.



- 8.2 – Os pagamentos serão efetuados após a última entrega do mês, por cheque nominal, contados da data de atestação do recebimento do produto pelo setor competente vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento;
- 8.3 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de documento padrão de controle de entregas;
- 8.4 – A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ indicado no Contrato;
- 8.5 - O preço de compra será o menor preço apresentado pelos proponentes;
- 8.6 – O preço de compra dos gêneros alimentícios será o menor preço apresentado pelos proponentes;
- 8.7 – Serão utilizados para composição do preço de referência;
- I- os preços de Referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
- II – Média dos preços pagos aos Agricultores Familiares por (três) mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar;
- 8.7 – O valor pago anualmente a cada agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 132.092,00 (cento e trinta e dois mil, noventa e dois reais), por declaração de aptidão no PRONAF (DAP)/ano.

9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 Serão considerados as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública;
- 9.2 Cada grupo Formal deverá, obrigatoriamente, ofertar a quantidade e variedade de alimentos de acordo com a sua produção, em conformidade com as normas de classificação vigente, respeitando os preços praticados no atacado, bem como observando as embalagens características de cada produto;
- 9.3 O conselho de Alimentação Escolar ou a Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela Portaria (caso tenha) classificará as propostas considerando o preço dos produtos embalados individualmente, de acordo com a solicitação da Prefeitura Municipal de Castelândia dará preferência para os produtos orgânicos ou agro ecológico, respeitando-se as orientações da resolução 38/FNDE.
- 9.4 Após a classificação, o critério final de julgamento será definido pelo Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)**, que poderá ainda propor aos participantes que se estabeleçam um acordo para o fornecimento, em benefício da implantação do programa com a distribuição descentralizada dos recursos e atendimento na totalidade da estimativa de aquisição anual.
- 9.5 Em atenção à legislação que estabelece o teto máximo de R\$ 132.092,00 (cento e trinta e dois mil, noventa e dois reais) será considerado o produto na embalagem original no atacado.
- 9.6 Na hipótese de ocorrer cisão ou fusão ou incorporação envolvendo duas ou mais entidades e até a criação de uma terceira (cooperativa ou associação) que venha agregar uma ou mais associações, as compras terão sua continuidade, respeitando as, Daps já cadastradas. Para efeito de documento fiscal, caso esta nova entidade venha emitir documento fiscal, será necessário a assinatura de novo contrato, com a anuência da entidade.

10. RESULTADO

O CAE, ou a Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (caso tenha)** após o julgamento e classificação, dará ampla publicidade ao resultado da presente Chamada Pública nº 001/2025. Caso não tenha recebido nenhum Projeto de Venda, deverá ser realizada outra Chamada Pública, ampliando a divulgação para o âmbito da região, território rural, estado e país.

11. CONTRATAÇÃO

11.1 O proponente Vencedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, conforme Minuta de Contrato Anexo IV, atendendo aos termos do anexo IV da Resolução/CD/FNDE N° 38, DE 16 DE JULHO DE 2009.



11.2 O prazo de vigência do contrato será da assinatura, período este compreendido de Agosto de 2.025 e com termino em 15 de Dezembro de 2.025.

12. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

12.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

12.2 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Seagro, por meio da PNATER. E especificações de acordo com os anexos dessa Chamada Pública. É parte integrante dessa chamada pública o anexo com estimativa de consumo mensal, de fornecimento contínuo.

12.3 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros e produtos alimentícios industrializados da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a prefeitura Municipal de Castelândia do Estado de Goiás, conforme cronograma de entrega definido pela Gestora da Alimentação Escolar;

12.4 As embalagens quando desmembradas deverão obedecer à legislação vigente nas características próprias de cada produto, bem como apresentar-se em boas condições de conservação e higiene; com os produtos adequadamente acondicionados em caixa de papelão, embalagens plásticas, sacos de nylon e outros tipos de acondicionamento que garantam a integridade do produto. Durante o transporte essas embalagens devem permanecer em caixas plásticas devidamente higienizadas.

12.4.1 Os produtos deverão ser apresentados na central de recebimento ou nos pontos indicados pela gestora da Alimentação Escolar, em embalagens limpas, de tara garantida e conhecida, rotulado, que permita o empilhamento, que não causem fermentos ao produto e obedeçam à legislação vigente.

12.5 Fica reservado a Gestora da Alimentação Escolar o direito de aceitar ou não, alteração no fornecimento quanto à classificação do produto, exceto por conta de problemas climáticos que poderão afetar a produção. Em caso de reclassificação os preços oscilarão de acordo com as cotações do PAA e média de preço por região e respeitar os preços mínimos sugeridos pelos órgãos oficiais do governo.

12.6 A Gestora da Alimentação Escolar, reserva-se no direito, também de subtrair, substituir ou incluir novos pontos de entregam, durante a vigência do contrato, de acordo com a sua real necessidade.

12.7 Caso a produção atinja uma classificação superior à contratada, desde que constatada por técnicos, a gestora da Alimentação Escolar deverá ser comunicada com antecedência para adequação dos pedidos, e os preços oscilarão de acordo com as cotações da PAA e média de preço por região ou por outras cotações oficiais.

12.8 O período de fornecimento desta Chamada Pública se dará de Agosto de 2.025 à 15 de Dezembro de 2.025.

13. FATOS SUPERVINIENTES

13.1 Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Prefeitura Municipal de Castelândia Goiás ou da Comissão de Avaliação Alimentícia designada pela **Portaria (se for o caso)**.

- a) Adiamento do processo;
- b) revogação desta Chamada ou sua modificação no todo ou em parte.



14. DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irreatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos. Caberá a **Prefeitura de Castelândia Goiás** providenciar, por sua conta, a publicação do Instrumento de Convocação da Chamada Pública e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal.

Os interessados poderão dirimir quaisquer dúvidas por meio do Telefone (64) 3649-1142, Gestora da Alimentação Escolar.

15. FORO

A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Maurilândia-Go, para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes, excluindo qualquer outro.

ANEXO II – RELAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ESTIMATIVA DE CONSUMO) – IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ALIMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

De acordo com a Legislação brasileira para Rotulagem Geral de Alimentos e Bebidas Embalados, (RDC 259/02 – ANVISA/MS) as informações abaixo são obrigatórias nas embalagens de alimentos:

- Denominação de venda do alimento;
- Lista de ingredientes;
- Conteúdos líquidos;
- Identificação do lote;
- Prazo de validade;
- Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário;
- Registro no órgão competente;
- Informação nutricional;
- Os produtos alimentícios a base de farinha de trigo, aveia, cevada e centeio devem constar também a informação:
Contém glúten.

Obs. A declaração do prazo de validade **não** é exigida para:

- Frutas e hortaliças frescas;
- Vinagre;
- Açúcar;
- Sal.

Os produtos de origem animal devem ter o carimbo dos Serviços de inspeção obrigatórios, podendo ser Federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM). Os materiais para embalagem devem ser atóxicos não representando uma ameaça a segurança e adequação do alimento.

Sob as condições específicas de armazenamento e uso, conforme os regulamentos técnicos específicos, com o objetivo de preservar os Padrões de Identificação e qualidade do produto.

Órgãos responsáveis pela legislação de alimentos: ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

INMETRO (Instituto de Metrologia)

H



1 - Hortifrutigranjeiros

1- Os produtos de origem (frutas, legumes e verduras) são definidos como alimentos perecíveis, pois não se conservam por longo período de tempo. Desta forma, as características desses produtos devem ser consideradas tais como: de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduos de fertilizantes, acondicionados em sacos de polietileno, transparentes, atóxicos e intacto.

2- As quantidades e variedades serão definidas pelo responsável técnico da alimentação escolar (NUTRICIONISTA).

3- Abaixo estão descritas alguns alimentos que são utilizados na Alimentação Escolar:

Nº	UNID. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO			MÉDIA	MÉDIA FINAL
				COOPAF	COMPAG	COOPACO		
1	KG	CHUCHU	250	R\$ 12,97	R\$ 11,97	R\$ 9,98	R\$ 11,64	R\$ 2.910,00
2	KG	BATATA INGLESA	2.000	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 23.300,00
3	KG	ABOBRINHA	120	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 1.258,00
4	KG	BETERRABA	180	R\$ 8,43	R\$ 7,78	R\$ 6,49	R\$ 7,57	R\$ 1.362,00
5	KG	TOMATE	500	R\$ 14,28	R\$ 13,18	R\$ 10,99	R\$ 12,82	R\$ 6.408,33
6	KG	CENOURA	250	R\$ 11,29	R\$ 10,42	R\$ 8,69	R\$ 10,13	R\$ 2.533,33
7	KG	REPOLHO	840	R\$ 10,38	R\$ 9,58	R\$ 7,99	R\$ 9,32	R\$ 7.826,00
8	KG	BATATA DOCE	50	R\$ 8,04	R\$ 7,42	R\$ 6,19	R\$ 7,22	R\$ 360,83
9	KG	ABOBORA CABOTIA	120	R\$ 7,65	R\$ 7,06	R\$ 5,89	R\$ 6,87	R\$ 824,00
10	KG	CEBOLA	200	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 2.096,67
11	KG	ALHO	200	R\$ 45,48	R\$ 41,98	R\$ 34,99	R\$ 40,82	R\$ 8.163,33
12	MÇ	ALFACE	150	R\$ 8,97	R\$ 8,28	R\$ 6,90	R\$ 8,05	R\$ 1.207,50
13	MÇ	COUVE	150	R\$ 9,08	R\$ 8,38	R\$ 6,99	R\$ 8,15	R\$ 1.222,50
14	KG	MANDIOCA	250	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 2.620,83
15	KG	VAGEM	180	R\$ 32,48	R\$ 29,98	R\$ 24,99	R\$ 29,15	R\$ 5.247,00
16	KG	MELANCIA	150	R\$ 9,08	R\$ 8,38	R\$ 6,99	R\$ 8,15	R\$ 1.222,50
17	KG	ABACATE	100	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
18	UN	RAPADURA 25GR	80	R\$ 5,57	R\$ 5,14	R\$ 4,29	R\$ 5,00	R\$ 400,00



19	DZ	OVO	2.000	R\$ 25,87	R\$ 23,88	R\$ 19,90	R\$ 23,22	R\$ 46.440,00
20	UM	FARINHA MANDIOCA	150	R\$ 11,58	R\$ 10,69	R\$ 8,91	R\$ 10,39	R\$ 1.559,00
21	KG	MAMÃO	150	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 1.572,50
22	UM	ABACAXI	100	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
23	KG	BANANA PRATA	480	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 5.032,00
24	KG	BANANA TERRA	120	R\$ 14,28	R\$ 13,18	R\$ 10,99	R\$ 12,82	R\$ 1.538,00
25	KG	LARANJA	500	R\$ 10,38	R\$ 9,58	R\$ 7,99	R\$ 9,32	R\$ 4.658,33
TOTAL: R\$ 132.092,65 (cento trinta e dois mil, noventa e dois reais, sessenta e cinco centavos)								

2 - Estimativa da Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem Adquiridos da Agricultura Familiar (no período de Agosto de 2.025 até 15 de Dezembro de 2.025).

3 - Controle de Qualidade:

- ✓ As amostras serão avaliadas e submetidas a testes necessários;
- ✓ Aquisição de alimentos de qualidade – transporte, estocagem, preparo/manuseio;
- ✓ Os alimentos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos (ANVISA, Ministério da Saúde, SIF, SUASA, SIM, SIE).

Responsável: Agricultores Familiares (fornecimento da amostra) e Entidade Executora (realização da análise da amostra).

4 - Especificação dos Produtos:

Laranja: tipo 1, unidade de tamanho médio, firmes, sem machucados, rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa.

Castelândia-GO, 28 de Julho de 2.025.


MARIA SOLANGE DE MOURA LEITE JUVENCIO.
Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desportos.
Decreto n. 007/2025.


MURILO AZEVEDO DE PAULA.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
DECRETO N. 29/2025



Governo de

CASTELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO 2025-2028

Reconstrução e progresso!

ANEXO I – MINUTA CONTRATO N° /2025.

Contrato n.º /2025 que celebram o CONSELHO ESCOLAR DA UNIDADE ESCOLAR-----, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E _____, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

O CONSELHO ESCOLAR DA UNIDADE ESCOLAR -----, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede à _____ n.º, setor, /GO, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada neste ato pelo Sr. (a) ----- doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado _____ com sede à Rua _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____ ou fornecedores do grupo informal (nomear todos e CPF), doravante denominado **CONTRATADO**, fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2025, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante exercício de 2.025, de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2025, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, comunicando possíveis irregularidades à Secretária da Educação;
- 2.2 Fiscalizar a qualidade dos gêneros alimentícios a serem fornecidos;
- 2.3 Designar um servidor responsável pela fiscalização/execução do contrato devendo fazer parte do Conselho Escolar da Unidade Escolar;
- 2.4 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato;
- 2.5 Fica reservado a Contratante o direito de aceitar ou não, alteração no fornecimento quanto à classificação dos produtos, exceto por conta de problemas climáticos que poderão afetar a produção. Em caso de reclassificação os preços oscilarão de acordo com as cotações da CEASA e respeitará os preços mínimos sugeridos pelos órgãos oficiais do governo;
- 2.6 A Contratante reserva-se no direito, também de subtrair, substituir ou incluir novos pontos de entrega, durante a vigência do contrato, de acordo com sua real necessidade.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1 Executar regularmente os fornecimentos que se fizerem necessários para o perfeito desempenho do objeto desta contratação, em quantidade suficiente e de qualidade superior, podendo ser rejeitado pelo fiscal do contrato, quando não atender satisfatoriamente;

3.2 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar Rural ao **CONTRATANTE** conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento;

3.3 O Contratado fornecerá os gêneros alimentícios conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente, da Agência Nacional de vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Seagro, por meio da PNATER e especificações de acordo com os anexos dessa Chamada Pública. É parte integrante dessa chamada pública o anexo com estimativa de consumo mensal, de fornecimento contínuo;

3.4 O Contratado fornecer os gêneros e produtos alimentícios industrializados da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para o Conselho Escolar da Unidade Escolar da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, conforme cronograma de entrega definido pela Divisão de Alimentação Escolar do Conselho Escolar;

3.4.1 As embalagens quando desmembradas deverão obedecer à legislação vigente e as características próprias de cada produto, bem como apresentar-se em boas condições de conservação e higiene; com os produtos adequadamente acondicionados em caixa de papelão, embalagens plásticas, sacos de nylon e outros tipos de acondicionamento que garantam a integridade do produto. Durante o transporte essas embalagens devem permanecer em caixas plásticas devidamente higienizadas;

3.4.2 Os produtos deverão ser apresentados na central de recebimento ou nos pontos indicados por este Conselho Escolar, em embalagens limpas, de tara garantida e conhecida, rotulado, que permita o empilhamento, que não causem ferimentos ao produto e obedeçam à legislação vigente;

3.5 O CONTRATADO deverá informar ao ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo de 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO LIMITE

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Conselho Escolar da Unidade Escolar ----- devendo esta entrega ser realizada, semanalmente, no período -----, no horário compreendido entre -----, de acordo com o cardápio.

a . A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025 e seus Anexos.

b. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela Pessoa responsável pela alimentação no local e entrega .

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

a. Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____).



b. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO (A) receberá o valor ____ (descrever todos os contratados e os respectivos valores de venda), tonalizando ____ (valor total do projeto de venda) Nome do agricultor familiar CPF -DAP- PRODUTO- UNIDADE QTD/UNID PREÇO PROPOSTO VALOR TOTAL

CLÁUSULA SÉTIMA:

No Valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos gêneros alimentícios da Agricultura e do empreendedor Familiar Rural o valor total de R\$. (_____).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das notas fiscais de vendas, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar por 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compras, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

O CONTRATANTE em razão de supremacia de interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:



- a. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do **CONTRATADO**;
- b. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do **CONTRATADO**;
- c. Fiscalizar a execução do contrato;
- d. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Parágrafo Primeiro: Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve respeitar o equilíbrio econômico financeiro, garantindo-lhe o aumento das remunerações respectivas ou da indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente divididos pelo **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria da Educação, do Conselho Escolar da Unidade Escolar (_____), e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025, pela Resolução CD/FNDE n° 38, pela Lei n° 11.947, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PRORROGAÇÃO

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de documento formal, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Este contrato, desde que observada a formação preliminar à sua efetivação, por meio de documento formal, consoante Cláusula décima nona, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. Por acordo entre as partes;
- b. Pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. Qualquer dos motivos previstos em Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até _____, período este compreendido entre _____ e _____ de 2.025.

4



CLÁUSULA VIGÈSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Maurilândia - GO para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias iguais de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

CASTELÂNDIA- (GO), DE DE 2.025.

CONSELHO ESCOLAR DA UNIDADE ESCOLAR (NOME COMPLETO DA UNIDADE ESCOLAR).
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DA UNIDADE ESCOLAR.
CONTRATANTE.

AGRICULTORES FAMILIARES – FORMAL.
AGRICULTORES FAMILIARES – INFORMAL.
CONTRATADO.

Testemunhas:

1.

2.

24



ANEXO II/ESTIMATIVA PREÇOS.

*** Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar.**

Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº 26/2013, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

Estas despesas deverão ser acrescidas ao preço médio para definir o preço de aquisição.

PRODUTOS ORGÂNICOS OU AGROECOLÓGICOS (produzidos sem o uso de agroquímicos).

Nº	UNID. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO			MÉDIA	MÉDIA FINAL
				COOPAF	COMPAG	COOPACO		
1	KG	CHUCHU	250	R\$ 12,97	R\$ 11,97	R\$ 9,98	R\$ 11,64	R\$ 2.910,00
2	KG	BATATA INGLESA	2.000	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 23.300,00
3	KG	ABOBRINHA	120	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 1.258,00
4	KG	BETERRABA	180	R\$ 8,43	R\$ 7,78	R\$ 6,49	R\$ 7,57	R\$ 1.362,00
5	KG	TOMATE	500	R\$ 14,28	R\$ 13,18	R\$ 10,99	R\$ 12,82	R\$ 6.408,33
6	KG	CENOURA	250	R\$ 11,29	R\$ 10,42	R\$ 8,69	R\$ 10,13	R\$ 2.533,33
7	KG	REPOLHO	840	R\$ 10,38	R\$ 9,58	R\$ 7,99	R\$ 9,32	R\$ 7.826,00
8	KG	BATATA DOCE	50	R\$ 8,04	R\$ 7,42	R\$ 6,19	R\$ 7,22	R\$ 360,83
9	KG	ABOBORA CABOTIA	120	R\$ 7,65	R\$ 7,06	R\$ 5,89	R\$ 6,87	R\$ 824,00
10	KG	CEBOLA	200	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 2.096,67
11	KG	ALHO	200	R\$ 45,48	R\$ 41,98	R\$ 34,99	R\$ 40,82	R\$ 8.163,33
12	MÇ	ALFACE	150	R\$ 8,97	R\$ 8,28	R\$ 6,90	R\$ 8,05	R\$ 1.207,50
13	MÇ	COUVE	150	R\$ 9,08	R\$ 8,38	R\$ 6,99	R\$ 8,15	R\$ 1.222,50
14	KG	MANDIOCA	250	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 2.620,83
15	KG	VAGEM	180	R\$ 32,48	R\$ 29,98	R\$ 24,99	R\$ 29,15	R\$ 5.247,00
16	KG	MELANCIA	150	R\$ 9,08	R\$ 8,38	R\$ 6,99	R\$ 8,15	R\$ 1.222,50



Governo de
CASTELÂNDIA
Reconstrução e progresso!
ADMINISTRAÇÃO 2025-2028

17	KG	ABACATE	100	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
18	UN	RAPADURA 25GR	80	R\$ 5,57	R\$ 5,14	R\$ 4,29	R\$ 5,00	R\$ 400,00
19	DZ	OVO	2.000	R\$ 25,87	R\$ 23,88	R\$ 19,90	R\$ 23,22	R\$ 1.160.833,33
20	UM	FARINHA MANDIOCA	150	R\$ 11,58	R\$ 10,69	R\$ 8,91	R\$ 10,39	R\$ 1.559,00
21	KG	MAMÃO	150	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 1.572,50
22	UM	ABACAXI	100	R\$ 12,98	R\$ 11,98	R\$ 9,99	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
23	KG	BANANA PRATA	480	R\$ 11,68	R\$ 10,78	R\$ 8,99	R\$ 10,48	R\$ 5.032,00
24	KG	BANANA TERRA	120	R\$ 14,28	R\$ 13,18	R\$ 10,99	R\$ 12,82	R\$ 1.538,00
25	KG	LARANJA	500	R\$ 10,38	R\$ 9,58	R\$ 7,99	R\$ 9,32	R\$ 4.658,33
TOTAL R\$ 132.092,65 (cento trinta e dois mil, noventa e dois reais, sessenta e cinco centavos)								R\$

* Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar.

A Entidade Executora que priorizar na chamada pública a aquisição de produtos orgânicos ou agroecológicos poderá acrescentar os preços em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (Resolução nº 26/2013, Art. 29: §2º).

Quando houver mercados de produtos orgânicos a pesquisa de preços deve ser nesses mercados. Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº 26/2013, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

Estimativa da Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem Adquiridos da Agricultura Familiar (no período de Agosto de 2.025 à 23 de Dezembro de 2.022).

As amostras serão avaliadas e submetidas a testes necessários;

Aquisição de alimentos de qualidade – transporte, estocagem, preparo/manuseio;

Os alimentos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos (ANVISA, Ministério da Saúde, SIF, SUASA, SIM, SIE).

Estas despesas deverão ser acrescentadas ao preço médio para definir o preço de aquisição.

Castelândia-Go., 28 de Julho de 2.025.


MARIA SOLANGE DE MOURA LEITE JUVENCIO.
Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desportos.
Decreto n. 007/2025.



ANEXO III.
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025.
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

- EMPRESA:
- CNPJ:
- ENDEREÇO:
- MUNICÍPIO:
- Nº DA DAP JURUDICA:
- DDD/FONE:
- E-MAIL:

PLANILHA ORÇAMENTO – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

ITENS	UNIDADE.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS.	PREÇO UNITÁRIO.	PREÇO TOTAL.
01	Kg.	250	Chuchu.		
02	Kg	2.000	Batata Inglesa.		
03	Kg.	120	Abobrinha.		
04	Kg.	180	Beterraba.		
05	Kg.	500	Tomate.		
06	Kg	250	Cenoura.		
07	Kg	840	Repolho.		
08	Kg.	50	Batata Doce.		
09	Kg	120	Cambutiá.		
10	Unidade.	200	Cebola.		
11	Und.	200	Alho 100 GR.		
12	Espetos com 03 pés.	150	Alface Palito com 03 Pés.		
13	Kg.	150	Couve.		
14	Kg.	250	Mandioca		
15	Kg.	180	Vargem		
16	Kg	150	Melancia.		
17	Kg.	500	Maça		
18	Kg.	100	Abacate		



Governo de
CASTELÂNDIA
Reconstrução e progresso!
ADMINISTRAÇÃO 2025-2028

19	Und.	80	Rapadura		
20	Duzia.	2.000	Ovos.		
21	Und.	150	Farinha Mandioca.		
22	Kg.	150	Mamão.		
23	Pç.	100	Abacaxi.		
24	Kg.	480	Banana Prata.		
25	Kg.	120	Banana Terra.		
26	Kg.	500	Laranja.		
			VALOR TOTAL:		

3 – CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade: 60 dias.

Forma de Pagamento:

Condições de Entrega: Conforme Edital.

CIDADE (GO)., AOS DIAS DO MÊS DE DE 2025.

ASSINATURA DO PROPONENTE

CNP N°

H